Maíra Barbosa

Nathália Mattos Prado

Thiago Barbosa Miranda de Paiva

DESIGUALDADE REGIONAL: VALE DO JEQUITINHONHA

1. **UM ESTUDO DE CASO DO VALE DO JEQUITINHONHA**

No Brasil há fortes concentrações de renda e, portanto, têm-se as localidades que possuem maior concentração de renda, ou seja, mais ricas e por outro lado, há aquelas pobres, com menor concentração de recursos. Sendo assim, visando um olhar focado nessas regiões, escolheu-se uma, especificamente, para se analisar, que no caso é o Vale do Jequitinhonha, no nordeste do estado de Minas Gerais.

Essa análise consistirá em um estudo de caso da região, com a finalidade de entender o porquê da região não ser desenvolvida como outras do estado de Minas Gerais. O histórico da região, as peculiaridades geográficas e a ação governamental serão abordados durante a trajetória do trabalho para que se possa entender o porquê da região não ter se desenvolvido.

1. **A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

As relações sociais possuem características como o estabelecimento da ordem e o sucesso do capital. Segundo Wlodarski e Cunha (2005) a pobreza é um problema social que deve ser tratado por ações concretas que visem identificar os entraves estruturais causadores da pobreza. “(...) neste sentido, a pobreza é vista como decorrente da desigualdade social, acompanhando o processo de agravamento desta”. (Wlodarski e Cunha, 2005, p.7).

Assim a acessibilidade de meios e recursos para o desenvolvimento é possível através da redução de desigualdade social, uma vez que esta redução traz consigo autonomia e liberdade, fatores que contribuem para o ordenamento social.

[...] as representações sociais acompanham o desenvolvimento da história e tendem a modificar-se de acordo com o processo de desenvolvimento e modernização, ou seja, as representações transformam-se e acompanham as relações presentes em um lugar ou em uma situação específica. (WLODARSKI; CUNHA; 2005, p.8).

Porém, para reduzir esta desigualdade, é necessário que haja um crescimento equilibrado entre regiões, na qual existem diversas interpretações, principalmente nos países subdesenvolvidos. Rofman citado por Amaral, Marion, Arruda (2007), discute que “num sistema econômico capitalista subdesenvolvido, o equilíbrio não existe, por definição. E, porque postulá-lo como paradigma ao nível da configuração espacial é, também, uma posição inexata.” (ROFMAN apud AMARAL, MARION, ARRUDA, 2007 p. 5). Por outro lado, Myrdal (1957) afirma que “(...) a noção de equilíbrio estável é normalmente uma falsa analogia que se estabelece quando se formula a teoria que visa explicar a mudança no sistema social”. (MYRDAL apud AMARAL, MARION, ARRUDA, 2007 p.5 ). Logo, segundo o autor, o sistema tende a ir na posição contrária ao equilíbrio.

Todavia, a outra posição encontrada de acordo com a visão geral sobre as discussões segundo Amaral, Marion e Arruda (2007) é a do dualismo econômico, na qual são as teorias de causação acumulativa e o desenvolvimento polarizado, sendo que seus defensores argumentam que qualquer diferença na qual separe as regiões ricas das mais pobres, as forças livres de mercado buscam fixar a riqueza na região desenvolvida, originando uma polarização crescente dos níveis de desenvolvimento, a menos que haja uma intervenção a fim de minimizar as desigualdades.

“o crescimento de uma região causa efeitos regressivos em outras devido à troca desigual entre as regiões mais ricas, exportadoras de produtos manufaturados, e regiões mais pobres, produtos primários. Esses efeitos regressivos são provocados pelos movimentos de mão-de-obra, de capital e de bens e serviços em direção aos centros em expansão, em detrimento das regiões mais pobres, devido ao fato de as regiões desenvolvidas oferecerem mais oportunidades de emprego, taxas de retorno mais elevadas, melhor infraestrutura, assistência social, etc. Portanto, em vez de estabelecer o equilíbrio, os mecanismos do livre mercado tendem a aumentar as desigualdades regionais” (MYRDAL apud AMARAL; MARION;ARRUDA; 2007. p. 6)

Porém, Myrdal apud Amaral, Marion e Arruda (2007) menciona que há “efeitos propulsores” na qual ocorrem nos centros desenvolvidos, auxiliando as regiões próximas dos centros de modo que há um processo circular na qual remetem aumentos expressivos nas exportações de alimentos, matérias primas, insumos industriais e manufaturas de consumo final para os grandes centros nacionais e internacionais.

Ainda segundo Wlodarski e Cunha (2005), neste contexto tem-se a participação do Estado, enquanto regulador da sociedade, criando e implantando políticas sociais que visem à redução dos índices de desigualdade através da promoção de políticas que impactem a população menos favorecida. De acordo com Segundo (2007) o Estado brasileiro tem como objetivo principal a redução das desigualdades sociais e regionais presentes no âmbito do território nacional, onde as políticas são planejadas de acordo com as características territoriais, regionais, locais e sociais. Desta forma o Estado atua para:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça,

sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (SEGUNDO, 2007, p. 374).

Para a realização e implantação de ações igualitárias pelo Estado, há a necessidade de investimentos, mudanças e planejamentos, mas para atingir seus objetivos e contribuir para a diminuição da desigualdade social se faz também necessário um esforço coletivo dos interessados na construção de uma sociedade igualitária e democrática (WLODARSKI; CUNHA, 2005).

Diante do exposto pode-se perceber a necessidade constante do Estado enquanto órgão responsável pela reformulação e implantação de novas políticas sociais ou que complementem algum projeto ou ação já existente, com o objetivo de aumentar o bem-estar social ao reduzir a pobreza através da redução da desigualdade social. (WLODARSKI; CUNHA, 2005).

1. **O VALE DO JEQUITINHONHA**

    A história do Vale do Jequitinhonha, conforme dito por Gonçalves (1997) surge com as minas de Diamantes no século XVII, quando as Bandeiras procuram por ouro e pedras preciosas onde hoje se localizam os estados de Minas Gerais e Bahia. Encontrando ouro e água na região, os bandeirantes então formaram o vilarejo do Arraial das Lavras Velhas de Hivituruí, lugar da atual cidade do Serro.

    Ainda de acordo com Gonçalves (1997), com o declínio da mineração, em meados do século XIX e início do século XX, a região passou a ter atividades destinadas à subsistência, e por volta da década de 60, o Vale do Jequitinhonha já tomava a estrutura física que possui atualmente. Atividades como reflorestamento e algumas culturas agrícolas, passaram a fazer parte do cotidiano da região.

Segundo o IBGE (2010), o Vale do Jequitinhonha se encontra no nordeste do estado de Minas Gerais, em uma área de planalto entre 200 a 500 metros acima do nível do mar, e é banhada pelos rios Jequitinhonha, Araçuaí e Pardo. É composta por 51 municípios, mas as principais microrregiões são: Capelinha, Almenara, Diamantina, Pedra Azul e Araçuaí.

    Ainda de acordo com o IBGE (2010) a população é estimada em aproximadamente 150.557 pessoas, com uma área de pouco mais de 8.000 Km² totalizando 17,21 habitantes/Km².  A vegetação é caracterizada pelo Cerrado e Mata Atlântica. O cerrado é caracterizado pelo clima tropical com períodos de estiagem - a região recebe mais chuvas no período de outubro à março -. Possui árvores baixas como gramíneas e está localizado mais próximo ao rio Jequitinhonha. A Mata Atlântica, por sua vez, possui vegetação densa, verde na maior parte do ano por causa das chuvas, que são mais frequentes. A temperatura na região é amena e varia entre 21°C e 24°C.

    Dos recursos naturais da região, o mais importante é rio Jequitinhonha. Em sua maioria, segundo Gonçalves (1997), as águas apresentam baixa salinidade, o que não impede a potabilidade e o consumo doméstico e industrial. Entretanto, mineradoras ao longo do rio têm deixado as águas impróprias para consumo.

As atividades do vale do Jequitinhonha, ainda de acordo com Gonçalves (1997), variam entre agricultura, pecuária e extrativismo. Há também, certa área para reflorestamento, e comércio e serviços locais.

No retrato atual do Vale do Jequitinhonha conforme as informações apresentadas pela Fundação João Pinheiro, que estão representados na tabela 1, percebe-se uma melhoria significativa em todos os itens analisados. A população urbana aumentou, e favoreceu o acesso de jovens na escola, o que diminuiu a taxa de analfabetismo em todos os cinco principais municípios do Vale do Jequitinhonha.    Outro fator importante extraído dos dados é o aumento da renda per capita e do PIB. Como a população aumentou juntamente a esses dois indicadores, pode-se pressupor que a produção na região foi maior devido ao número crescente de pessoas inseridas no mercado de trabalho formal e informal.

Essa migração significativa da população para os centros urbanos é um indicativo de que houve aumento na oferta de trabalho na área urbana, o que gerou fortes melhorias nos indicadores sociais do Vale do Jequitinhonha. É o que se pode ver quando se observa os fatores do IDH de renda per capita e taxa de analfabetismo. A taxa de analfabetismo teve forte queda no período e a renda per capita significativo aumento. Entretanto, o índice de mortalidade não acompanhou essa tendência e aumentou em 4 dos 5 principais municípios. Logo, o IDH da região jequitinhonhense teve significativa melhora em 10 anos. Essa melhoria foi causada, principalmente, por incentivos do governo, que serão abordados em seguida.

# DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE JEQUITINHONHA

A mesorregião do Vale do Jequitinhonha é uma região que apresenta uma parte de sua população em estado de pobreza, mas esta extrema pobreza não é observada em todo o seu território. A região com maior índice de pobreza é onde se encontram os principais problemas, “[...] seu meio ambiente  vem sistematicamente sendo agredido pelas atividades mineradoras, de carvoaria e pelo uso indiscriminado do fogo pela agricultura familiar”. (PORTAL JEQUITINHONHA, 2014, p. 1). Desta forma, a constatação de um elevado grau de pobreza apresentado pelo Vale do Jequitinhonha é menor em determinadas regiões.

O Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Jequitinhonha desenvolvido pelo IBGE, os solos da região são profundos, com boa textura e com condições de mecanização, a infraestrutura viária é regular, e apesar da carência de investimentos em saúde e saneamento, existem centros de saúde em todos os municípios. (PORTAL JEQUITINHONHA, 2014, p. 1).



Assim os municípios possuem desigualdades sociais entre si, como observado na tabela 2. Por exemplo, o município de Pedra Azul possui os indicadores de emprego do setor formal (2,036/pessoas) mais baixos e taxa de analfabetismo fundamental da população de 18 anos ou mais (63,73%)- observada na tabela 1-, mais alta em relação aos outros municípios. Estes indicadores demonstram que há uma desigualdade maior neste município. No entanto, segundo od dados da tabela 2, Diamantina tem apresentado o melhor resultado de aumento do emprego no setor formal (7,337/pessoas) e a mais baixa taxa de analfabetismo fundamental da população de 18 anos ou mais (47,81%) – observada na tabela 1. Em termos gerais, de 2000 a 2010, o Vale do Jequitinhonha teve um crescimento significativo de 99,71% no número de pessoas no emprego formal e uma redução de 17,86% na taxa de analfabetismo fundamental da população de 18 anos e mais.



Do ano de 2000 ao ano de 2010 o Vale do Jequitinhonha apresentou um crescimento de 245,03% no valor adicionado da indústria e 109,55% no valor adicionado da agropecuária, como se pode verificar na tabela 3. Analisando suas microrregiões tem-se que o município de Capelinha apresentou o maior crescimento do valor adicionado na indústria, passando de R$6.298,10 (mil correntes) para R$28.256,10 (mil correntes), representando um crescimento de 348,64%. O valor adicionado da agropecuária foi mais significativo no município de Pedra Azul, apresentando um crescimento de 437,46%, que é um aumento expressivo dentro deste período, em relação aos demais municípios. O que chama a atenção é o fato de que Capelinha apresentou uma queda no seu valor adicionado da agropecuária de 94,29%, passando de R$53.276,00 (mil correntes) para R$38.042,10 (mil correntes).

Durante este mesmo período a mesorregião teve um crescimento do PIB de 201,11%, onde o maior crescimento se deu no município de Araçuaí, que saiu de um PIB de R$1.785,50 (mil correntes) e foi para R$5.613,90 (mil correntes), como observado na tabela 4. O pior crescimento se deu no município de Capelinha que cresceu apenas 104,80% do PIB.



# POLÍTICAS PÚBLICAS FEITAS PARA A REGIÃO

Ribeiro citado por Oliveira e Hespanhol (2012) discute sobre política pública no Vale do Jequitinhonha:

A associação do Vale com a pobreza se dá pela descoberta de uma agricultura arcaica comparada com a modernização da sociedade brasileira e a instalação dos complexos agroindustriais, provocada por um sistema nacional integrado de um circuito moderno de produção de mercadorias para um mercado urbano industrial. O Vale é efetivamente classificado como pobre em termos relativos e absolutos, porque sua sociedade rural retorna o resto de um passado que persiste. (OLIVEIRA; HESPANHOL, 2012. P.6)

O Vale do Jequitinhonha é um território carente e que possui fortes características rurais como a agricultura familiar de subsistência e atividades agropecuárias, onde a produção é de baixa escala, sendo voltada para o consumo próprio e para trocas e vendas locais. Com o processo a intensificação dos processos tecnológicos e da industrialização, começa a gerar desigualdade entre a população que reside no Vale do Jequitinhonha, principalmente desigualdade de renda e social. (OLIVEIRA E HESPANHOL, 2012).

Cria-se em 1970 a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – CODEVALE, cujo objetivo, através do crédito e políticas, seria a regulamentação do mercado através da terra, gerando emprego e prosperidade através da criação de fazendas de silvicultura. Este projeto se extinguiu porque não teve resultados técnicos positivos devido às características regionais onde foi implantado, mas foi significativo para a construção do novo cenário da mesorregião e impactou positivamente a renda fundiária pela pressão por demanda de terras férteis que apreciou o valor da terra produtiva. (OLIVEIRA E HESPANHOL, 2012).

Diante do cenário vivido pelo Vale do Jequitinhonha, marcado pela ineficiência das políticas públicas criadas e implementadas pelo Estado, os movimentos sociais, diante da ineficiência das políticas públicas, se tornam um grande instrumento para a população reivindicar o regaste social e a descentralização. (OLIVEIRA E HESPANHOL, 2012).

Guerrero citado por Pessôa (2011) afirma que

(...) a partir de discursos de “progresso” e de “modernização”, o Vale do Jequitinhonha foi sendo alvo de políticas públicas de desenvolvimento cujo interesse principal era, estritamente, financeiro e de benefício transitório. (...) No entanto, uma série de problemas socioambientais foram desencadeados e agravados a partir da implantação desses “programas de desenvolvimento”. (PESSÔA, 2011. p.7).

As políticas públicas a serem implantadas no Vale do Jequitinhonha carecem de uma maior atenção para a obtenção de efeitos positivos para a população, surgindo posteriormente programas voltados para as aposentadorias e pensões. (PESSÔA, 2012).

 Das políticas mais atuais voltadas para a redução da desigualdade na região tem-se o Programa de Bolsa Escola e Renda Mínima, onde é feito um repasse em dinheiro para as famílias que necessitam de recursos para o consumo próprio. No entanto, o programa carece de ações complementares que maximizem seus efeitos para uma economia sustentável. (PESSÔA, 2012).

 Ribeiro, citado por Pessôa (2012), aponta que uma política de repercussão nacional que teve impactos positivos no Vale do Jequitinhonha é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, desenvolvido principalmente para maximizar a capacidade produtiva, aumentar o número de emprego, aumentar a renda e contribuir para o desenvolvimento sustentável baseando no financiamento através de qualificação, infraestrutura e oferta de crédito para obtenção de recursos. (ORTEGA apud PESSÔA, 2012). A maioria dos beneficiários no Vale do Jequitinhonha pelo programa utilizou apenas a oferta de crédito, não se beneficiando pelas outras funções do PRONAF, assim este programa não atingiu todos os objetivos propostos inicialmente. (PESSÔA, 2012).

Neste sentido, Ribeiro citado por Pessôa (2012) discute sobre entraves e desentraves dos programas voltados para regiões rurais:

De uma forma ou de outra, programas voltados para o rural a partir do pequeno produtor são mais coerentes para o Vale do que os que valorizam a grande escala. Os programas de produção de grande escala acuam a população em nichos espaciais e culturais, enquanto que os de pequena escala vitalizam as condições tradicionais de reprodução. (PESSÔA, 2012. p.9)

Outra iniciativa voltada para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha através do uso de políticas públicas é o Instituto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas – IDENE, “uma autarquia estadual que se propõe a estimular o desenvolvimento da mesorregião mineira a partir do reconhecimento dos erros institucionais passados e valorização do modo de vida do jequitinhonhês.” (PESSÔA, 2012, p. 10).

Segundo Pessôa (2012), dos 14 programas apresentados pelo IDENE que visam à melhoria da qualidade de vida, destaca-se o Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR, projeto que tem a seguinte finalidade:

(...) prevê a melhoria da qualidade de vida na população jequitinhonhesa a partir do enfoque democrático-participativo, contemplando a sociedade civil como responsável pelo diagnóstico e prognóstico acerca de sua situação e a interação interinstitucional. (PESSÔA, 2012, p. 10).

Assim, o PCPR gerou expectativas de alcançar a participação social através da implantação de projetos com impactos na produção e no desenvolvimento econômico do Vale do Jequitinhonha (PESSÔA, 2012, p. 10).

1. **RESULTADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

De acordo com a pesquisa realizada por Pessôa (2011), os dados apontam que o IDENE tem contribuído de forma significativa na promoção de igualdade e redução na pobreza no Vale do Jequitinhonha por meio do PCPR, que teve impactos imediatos na vida da população residente, promovendo o desenvolvimento socioeconômico desta mesorregião. Assim, as principais causas da sua aprovação apontadas pela população se deu através da “transparência exigida pela instituição nos aspectos financeiros e da ‘gentileza’ no trato com as pessoas ao solucionar problemas, dando-lhes valor como pessoas e não como objetivos”(PESSÔA, 2012 p.11). Os valores e princípios utilizados nos projetos do instituto são reconhecidos pelo público que o utiliza. (PESSÔA, 2012).

O PCPR é tido como o maior responsável pelo desenvolvimento local e contribuiu para o surgimento de oportunidade na mesorregião, assim, o IDENE ganhou a credibilidade dos beneficiários do projeto. (PESSÔA, 2012).

Na pesquisa também foram apontados os pontos negativos apresentados pelo PCPR na microrregião do Médio Jequitinhonha, que segundo Pessôa (2012) são:

* A qualidade de vida das comunidades, através da geração de renda, não teve grandes mudanças;
* Estrutura fragilizada da superação da pobreza objetivada pelo projeto;
* Ausência de conhecimento por membros da comunidade, até mesmo por desinteresse.

Deste modo o IDENE tem apresentado fragmentos sociais em sua estrutura de funcionamento e prestação de assistência à população.

Entretanto, Pessôa (2012) ressalta que o IDENE não busca manter relações clientelistas e personalistas com a sociedade local, mas a sua função é fazer a promoção de projetos, sem interferir na condução do seu desenvolvimento, sendo presente apenas quando requerido. “Corresponde a uma mudança significativa em relação às ações institucionais de longa data, mas que não se finda aí.” (Pessôa, 2012, p.15). Assim, as contribuições do IDENE no âmbito social para o Vale do Jequitinhonha são reconhecidas e importantes para a formação do atual cenário.

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com o estudo, é perceptível que a mesorregião do Vale do Jequitinhonha é uma área majoritariamente rural e que tem atividades mais centradas para a subsistência da mesma. Porém, na última década, além do maior número de pessoas que se mudaram para as áreas urbanas, houve também um acréscimo no número de empregos formais, principalmente dos ligados a mineração, o que melhorou a renda local, observada pelo PIB per capita dos cinco principais municípios na tabela 4 deste trabalho.

No tocante ao lado social, também houve melhorias na região, que aumentaram principalmente após a presença do IDENE. A taxa de analfabetos no grupo de pessoas com idade igual ou superior a 18 anos caiu em todos os municípios, assim como a pobreza diminuiu, segundo o PIB per capita aponta. Entretanto, segundo Pessôa (2012), esse objetivo ainda não é tido como conquistado pelo IDENE.

Segundo o pensamento de Myrdal (1957) apud Amaral, Marion e Arruda (2007) o IDENE está fazendo o papel do Estado no Vale do Jequitinhonha, pois está investindo e possui novos projetos que promovem a melhoria social da região, o que é perceptível ao se analisar os dados referentes à primeira década do ano 2000.

Além disso, Amaral, Marion e Arruda (2007) ainda defendem as teorias de causação acumulativa e o desenvolvimento polarizado, onde áreas mais ricas tendem a se desenvolver mais do que as pobres. O que é comprovado pelo estudo, pois quando a população se mudou para o meio urbano, houve grandes melhorias na área social, como as quedas nas taxas de analfabetismo de todos os cinco municípios e aumento do PIB per capita.

Sendo assim, o Vale do Jequitinhonha é uma prova real de que as teorias de desenvolvimento regional funcionam e que podem ser utilizadas em regiões como a jequitinhonhense, e se desenvolver, crescendo economicamente e melhorando seus índices sociais.

**REFERÊNCIAS**

AMARAL , Mariangela e Silva; MARION, Pascoal José Filho; ARRUDA, Daniel Coronel. **Análise das desigualdades entre os COREDES no período de 1990 a 2003: origem e evolução.** Perspectiva Econômica, 2007. Disponivel em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva\_economica/article/view/4356>. Acesso em: 04 Novembro 2014.

GONÇALVES, Ronaldo do N. Diagnóstico ambiental da bacia do Jequitinhonha. IBGE. Salvador, 1997. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/diagnosticos_levantamentos/jequitinhonha/jeq.pdf>>. Acesso em 30 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidade**. Brasília: IBGE. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=312160&search>. Acesso em: 24 out. 2014.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL. **DESENVOLVIMENTO HUMANO:** LEITURAS SELECIONADAS. 1. ed. BELO HORIZONTE: PUC MINAS, 2007.

LUIZ, A. D. S. G.; CLÁUDIO, C. D. O. L. **Desenvolvimento com Redução da Desigualdade Regional:** Uma abordagem geométrica. Revista BNDES, 2009. Disponivel em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3105.pdf>. Acesso em: 31 Outubro 2014.

MYRDAL, Gunnar. Teoria Economica e Regioes Subdesenvolvidas. Archive.org, 1957. Disponivel em: <https://archive.org/details/MyrdalGunnar18981987.TeoriaEconomicaERegioesSubdesenvolvidas>. Acesso em: 07 Novembro 2014.

OLIVEIRA, Allain Wilham Silva de; Hespanhol, Antônio Nivaldo. **Políticas Públicas e a criação do Vale do Jequitinhonha. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: “TERRITÓTIOS EM DISPUTA: os desafios da Geografia Agrária nas contradições de desenvolvimento brasileiro”.** Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: < http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\_enga\_2012/eixos/1147\_1.pdf>. Acesso em 24/10/2014.

PESSÔA, Marcela de Oliveira. **ENTRE O DISCURSO E A AÇÃO:** O exemplo das políticas públicas no vale do Jequitinhonha-MG**. In:** [**III Seminário do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar: “Sociologia em Movimento: novos olhares, novas perspectivas”**](http://iiiseminarioppgsufscar.wordpress.com/2012/01/15/hello-world/)**.** Conflitos Sociais, Instituições e Política. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < http://iiiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/pessc3b4a\_marcela.pdf>. Acesso em 23/10/2014.

PORTAL JEQUITINHONHA. **Vale do Jequitinhonha**. Disponível em:<https://www2.ufmg.br/polojequitinhonha/O-Vale/Sobre-o-Vale>. Acesso em 22/10/2014.

SEGUNDO, Oswalter de Andrade Sena. O Princípio Constitucional da redução das desigualdades regionais e sociais e sua efetivação jurídico-política na ordem econômica. 2007. p. 371 – 400. Revista da Direito e Liberdade – Mossoró. v. 7, n. 3. Disponível em: <http://www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista\_direito\_e\_liberdade/article/viewFile/94/83>. Acesso em: 11 nov. 2014.

WLODARSKI, Regiane; CUNHA, Luiz Alexandre. Desigualdade social e pobreza como consequências do desenvolvimento da sociedade. 2005. In: IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR. Paraná. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/workshop/art15.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.